

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Gaúcho da Geral assume Secretaria do Esporte

Novo secretário substitui Danrlei de Deus, que retorna a Brasília

/ GOVERNO DO ESTADO

Bolívar Cavalari

politica@jornaldocomercio.com.br

O deputado estadual Juliano Franczak (PSD), mais conhecido como Gaúcho da Geral, foi nomeado nesta quinta-feira como novo secretário do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul. Ele substitui Danrlei de Deus (PSD), empossado em março de 2023 e que agora retorna ao Congresso Nacional para atuar como deputado federal em Brasília. O decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado desta quinta.

Este movimento no secretariado do governador Eduardo Leite (PSDB) resultou em mudanças na composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Com a saída do Gaúcho da Geral, o primeiro suplente do PSD no Parlamento, Dimas Costa, assume a cadeira.



REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS/IC

Leite assinou nesta quinta-feira a nomeação do novo titular da pasta

Nas redes sociais, o governador fez uma publicação em que agradeceu os serviços prestados por Danrlei e desejou boas-vindas ao Gaúcho da Geral ao secretariado do Estado. “Assinei há pouco a nomeação do novo secretário do Esporte e Lazer, que passa a liderar

uma nova etapa no trabalho realizado na área do esporte até aqui pelo deputado Danrlei de Deus. Agradeço ao Danrlei pela dedicação e por nos ajudar a entregar importantes avanços na área nos últimos anos”, escreveu na rede social X.

Secom terá de corrigir controle de gastos em publicidade

/ GOVERNO FEDERAL

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu 180 dias para que a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) passe a estabelecer critérios de controle de gastos e definição de metas em contratos de propaganda do governo.

Uma auditoria constatou falta de parâmetros objetivos para orçar peças publicitárias e medir sua eficiência nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL) e Michel Temer (MDB). Procurado, o Planalto não se manifestou até a publicação da reportagem.

Entre as determinações, está a inclusão de parâmetros padroni-

zados para a definição de como se chegou ao valor estimado para o custo inicial da campanha e a incorporação de métricas para mensuração de resultados. A Secom deverá ainda publicar documentos com informações detalhadas sobre acordos com agências de publicidade.

No total, foram analisadas 15 campanhas realizadas entre 2018 e 2023 nas quais foram gastos R\$ 542,8 milhões. Em todos os governos deste período, foram encontradas inconsistências que, segundo o TCU, podem levar à ineficiência no uso do dinheiro público.

As despesas com publicidade cresceram desde o início da coleta dos dados e atingiram o pico no ano passado, quando foram desti-

nados R\$ 379 milhões às ações de marketing do governo. Os gastos da Secom com publicidade crescem desde 2021. De lá para cá, as despesas cresceram 200%.

O tribunal constatou que nenhuma das campanhas analisadas continha documentos com indicadores para mensurar os resultados em todos os canais de veiculação. Quando havia alguma menção a metas, isso era feito em termos genéricos.

Para o relator do processo, ministro Benjamin Zymler, a falta de controle cria um incentivo para que as agências de publicidade aumentem o preço do serviço para maximizar os lucros às custas dos cofres da União.

Suspensa norma que equipara aposentadoria de policiais

/ STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o trecho da reforma da Previdência que fixa o mesmo critério para a aposentadoria de policiais homens e mulheres, ou seja, a idade de 55 anos. O ministro entende que há “discriminação injusta” porque, em outras catego-

rias, há diferenciação nos critérios de aposentadoria para homens e mulheres.

Dino atendeu a um pedido de liminar formulado pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol). “Compreendo que a incidência da disciplina impugnada, ao dificultar ou mesmo impedir a aposentadoria de policiais civis e federais mulheres, ostenta

o potencial de causar dano irreparável ou de difícil reparação”, afirmou na decisão, publicada nesta quinta-feira.

De acordo com a decisão, até o Congresso editar nova norma sobre o assunto, será aplicada a regra geral de três anos de redução para todos os prazos que se refiram a mulheres policiais civis e federais.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Emendas parlamentares são a prioridade

O Congresso Nacional tem trabalhado intensamente, nos últimos dias, para debater temas polêmicos que aguardam solução e podem inviabilizar até mesmo a governabilidade. Já na próxima semana, às vésperas do segundo turno das eleições municipais, não haverá sessões na Câmara dos Deputados. O líder do PDT, deputado federal gaúcho Afonso Motta (foto), afirmou ao Repórter Brasília que “a prioridade das prioridades é o acordo com relação às emendas parlamentares”.



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/IC

Acordo imperativo

Na visão do parlamentar, “esse é um assunto que tem que envolver o Congresso, claro, as duas casas, o Senado e a Câmara, têm que passar pelo governo federal e pelo Supremo Tribunal Federal. Esse acordo é imperativo. Se ele não sair, ele limita todo o resto”, prevê Afonso Motta.

Consciência para solução

Para o congressista, “tem divergências, mas o problema vai ter que ser resolvido. Eu acho que as partes interessadas têm que ter essa consciência, têm que resolver esse assunto”.

Maior impedimento

O maior impedimento, na avaliação do líder do PDT, “é que tanto o Senado quanto a Câmara têm suas propostas, e uma proposta feita pela Câmara, o Senado tem alguma divergência”. Motta acha que tem que devolver, tem que se posicionar. “Outra coisa, acho que o Supremo também, ele não resolvendo esse assunto está fortalecendo a tese de que o Congresso tem que fazer uma regulação que limite os poderes do Supremo.”

Regulações da área econômica

“Então esse é o ponto 1. Ponto 2, têm que ser votadas as regulações da área econômica, senão termina o ano e o governo não vai ter governabilidade. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), orçamentos, essa coisa toda tem que ser votada, vamos ter 40 dias para votar isso. Sem isso não tem governo, não tem Congresso, não tem emenda, não tem nada. Então tem que votar”, diz Motta.

Comando da Câmara

E o terceiro ponto alertado por Afonso Motta é a disputa eleitoral na Câmara, candidato do presidente Arthur Lira (PP) versus candidato contra o Lira. “Isso também vai ter que ser resolvido este ano, para chegar na abertura do novo ano legislativo e ter um caminho”.

Pontos centrais

“Os pontos centrais que impactam fortemente nos trabalhos do Parlamento hoje são as emendas parlamentares e as regulações econômicas, que são interativas. Sem isso não tem governo e nem eleição da Câmara e do Senado, mas especialmente da Câmara, onde há divergência. Essa definição tem que acontecer até o dia 20 de dezembro. Vai ter que ter uma intensiva”, argumenta o deputado pedetista.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323